

O artigo 285-A do Código de Processo Civil e a incompetência relativa do juízo

Autor: Luciano Pereira Vieira

Advogado da União e Vice-Presidente da Comissão da Advocacia Pública da OAB-Maringá/PR

publicado em 30.10.2009

 [\[enviar este artigo\]](#)  [\[imprimir\]](#)

Resumo

Objetiva-se discutir a aparente antinomia entre o art. 285-A (julgamento imediato do mérito dos processos repetitivos) e os artigos 111, 112 e 307 do Código de Processo Civil, que exigem a apresentação formal de exceção declinatória de foro para a arguição de incompetência relativa do Juízo. Parte-se da hipótese em que estiver potencialmente configurada a incompetência relativa do Juízo para processamento do feito e, sem a prévia oitiva do réu, é prolatada sentença de improcedência dos pedidos do autor, citando aquele para responder ao recurso de apelação. Nesse momento, não haverá possibilidade de apresentação da exceção, algo que poderá inviabilizar a efetiva presença do réu no feito. Além disso, postergar a apreciação da incompetência relativa do Juízo para momento posterior à eventual anulação pelo Tribunal da sentença recorrida, quando efetivamente o réu será citado para responder à ação, contraria os princípios da economia e celeridade processuais, sem falar que representa abrir flancos para a maliciosa escolha do órgão julgador em grau recursal pelo autor da demanda, ante a possibilidade de o Tribunal conhecer do recurso de apelação do autor e, no mérito, aplicar o art. 515, § 3º, do CPC, impossibilitando o réu, definitivamente, de opor-se à eleição do foro.

Sumário: Considerações iniciais. 1 O artigo 285-A do CPC e a modificação de competência. 2 Artigo 285-A do CPC: arguição da incompetência relativa e o julgamento da causa madura pelo Tribunal (artigo 515, § 3º, do CPC). Considerações finais. Referências bibliográficas.

Palavras-chave: Art. 285-A do CPC. Art. 112 do CPC. Art. 515, § 3º, do CPC. Incompetência Relativa. Modificação de Competência. Ações Repetitivas. Julgamento Imediato. Teoria da Causa Madura.

Considerações iniciais

No intuito de conferir maior racionalidade ao sistema processual brasileiro e, inclusive, de dar maior concretude aos princípios da economia e celeridade processuais, a Lei nº 11.277/2006, impregnada do espírito modernizador do Poder Judiciário reavivado pela Emenda Constitucional nº 45/2004, introduziu o artigo 285-A no Código de Processo Civil (CPC), na chamada **terceira onda da reforma**.

Ocorre, contudo, que a inserção do art. 285-A no sistema processual brasileiro não foi acompanhada das adaptações necessárias em outros dispositivos legais, o que fez surgir uma aparente antinomia entre esse dispositivo e os artigos 111, 112 e 307 do CPC, cuja solução está a cargo do intérprete e aplicador do Direito, a partir da análise do caso concreto.

Essa aparente antinomia ganha realce e importância se confrontada com a possibilidade de uma sentença liminar de improcedência dos pedidos do autor de determinada ação, proferida por Juízo relativamente incompetente, acabar sendo reformada, em grau de apelação, pelo Tribunal hierárquica e imediatamente superior (Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal), mediante a aplicação do artigo 515, § 3º, do

CPC (teoria da causa madura).

Assim, se o intérprete e aplicador do Direito não se atentar às peculiaridades desse novel instituto (art. 285-A do CPC), estará aberto flanco a que o autor de determinada demanda, após analisar a orientação jurisprudencial dos Tribunais, opte por propor a ação perante o órgão julgador de 1º grau que esteja vinculado ao Tribunal mais favorável ao acolhimento de sua tese, já partindo dos seguintes pressupostos: 1) não haveria, em tese, como o réu apresentar exceção declinatória de foro (art. 112 do CPC), porquanto só passaria a integrar a lide após a prolação da sentença liminar de improcedência, quando citado para responder ao recurso; e 2) o Juízo não poderia, de ofício, declarar sua incompetência relativa para processamento do feito (art. 114 do CPC **(1)** c/c Enunciado nº 33 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça – STJ), **(2)** excetuada, obviamente, a hipótese prevista no parágrafo único do art. 112 do CPC (nulidade da cláusula de eleição de foro nos contratos de adesão). **(3)**

Em virtude disso, o presente estudo objetiva apresentar a celeuma em torno da aplicação do art. 285-A do CPC nas hipóteses em que estiver potencialmente configurada a incompetência relativa do Juízo para processamento do feito, bem como apontar caminhos alternativos para a superação desse aparente conflito de normas, em respeito ao devido processo legal e à celeridade e à economia processuais.

1 O artigo 285-A do CPC e a modificação de competência

O artigo 285-A do CPC, introduzido pela Lei nº 11.277/2006, na feliz percepção de Luis Guilherme Aidar Bondioli, “afina-se com as garantias constitucionais de tempestividade e efetividade da tutela jurisdicional (CF, art. 5º, XXXV e LXXVII) e com o princípio da economia processual”. **(4)**

Referido dispositivo representa grande avanço na gestão processual das demandas de massa ou simplesmente ações repetitivas, porquanto permite **(5)** ao Magistrado condutor do feito, ao apreciar a inicial, liminarmente dispensar a citação do réu e proferir sentença, se verificados os seguintes pressupostos: a) se a *res in iudicium deducta* for unicamente de direito; e b) se já houver, no referido Juízo, **(6)** sentença de improcedência anteriormente proferida em outros casos idênticos **(7)** ao trazido à sua apreciação. Para tanto, necessário será realizar o chamado transporte *in utilibus* **(8)** dessa sentença para os autos em que será proferido o julgamento imediato do processo repetitivo.

Para melhor compreensão do tema, mister se faz a transcrição do dispositivo legal em comento:

“Art. 285-A. Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.

§ 1º Se o autor apelar, é facultado ao juiz decidir, no prazo de 5 (cinco) dias, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação.

§ 2º Caso seja mantida a sentença, será ordenada a citação do réu para responder ao recurso.”

Contudo, o fato de a aplicação do artigo 285-A do CPC implicar uma verdadeira “quebra da ordem natural das coisas” **(9)** exige do julgador uma percepção mais acurada das hipóteses de sua aplicação a fim de evitar a prática de atos desnecessários e precipitados pelo Juízo e de tentar impedir atos maliciosos por parte do autor da demanda, em franco prejuízo ao réu.

Final, a introdução do art. 285-A no diploma processual civil brasileiro teve por escopo, além de imprimir maior celeridade à prestação jurisdicional, “poupar o réu do processo”. Logo, “se ele de qualquer forma tiver de ser integrado à relação jurídica processual [...], a precipitação da

tutela jurisdicional perde a razão de ser”.(10)

Conforme já ressaltado, a inserção do art. 285-A do CPC no sistema processual brasileiro não foi acompanhada das adaptações necessárias em outros dispositivos legais. Em virtude disso, caberá ao intérprete e aplicador do Direito a função de colmatar as lacunas existentes entre o referido dispositivo e os artigos 111, 112 e 307 do CPC, sempre no intuito de extrair a máxima efetividade desses comandos legais.

É cediço que a competência em razão do valor e do território pode ser modificada por convenção das partes (foro de eleição), por conexão ou continência (artigos 102 e 104 do CPC) ou pela não apresentação, pelo réu, da exceção declinatória de foro no momento e na forma processuais exigidos nos artigos 111, 112, 114 e 307 do CPC(11) e observada a restrição contida no Enunciado nº 33 da Súmula do STJ.

Nesses casos, diz-se que houve **prorrogação da competência**, haja vista ter sido ampliada “a esfera de competência de um órgão judiciário para conhecer certas causas que não estariam, ordinariamente, compreendidas em suas atribuições jurisdicionais”.(12)

Ocorre, entretanto, que o artigo 285-A do CPC **parece trazer nova hipótese de modificação de competência**: é o caso em que, verificado o preenchimento dos requisitos formais do dispositivo supracitado, o Juízo relativamente incompetente para o processamento do feito julga imediatamente o mérito da ação repetitiva, sob condição resolutive de: **a)** transitar em julgado a ação pela não interposição de recurso de apelação por parte do autor; **ou b)** em caso de apelação do autor, o Tribunal confirmar a sentença de improcedência ou reformá-la, acolhendo as razões recursais de mérito apresentadas. São esses os momentos nos quais a prorrogação de competência prevista no artigo 285-A do CPC se aperfeiçoaria automaticamente.

Por outro lado, caso o Tribunal, ao conhecer do recurso de apelação do autor, desse-lhe provimento para o fim de anular a sentença recorrida, por não vislumbrar preenchidos os requisitos para a aplicação do art. 285-A do CPC, a prorrogação da competência ficaria *on standby*, aguardando-se o desprovimento da exceção declinatória de foro eventualmente arguida pelo réu (artigo 112 do CPC), após sua nova citação,(13) agora para os fins do artigo 213, 219 e 285 do CPC.

Afinal, em sendo apresentada a exceção de incompetência, e após o seu devido processamento (artigos 307 a 311 do CPC), poderá restar acolhido o incidente arguido, declinando-se a competência para o julgamento da ação ao Juízo competente, algo que não conformaria a prorrogação de competência experimentada *initio litis* com a sentença de improcedência proferida com base no artigo 285-A do CPC.

2 Artigo 285-A do CPC: arguição da incompetência relativa e o julgamento da causa madura pelo Tribunal (artigo 515, § 3º, do CPC)

Expostas essas considerações, eis que surge a problemática: em sendo proferida sentença nos termos do artigo 285-A do CPC por Juízo relativamente incompetente, se o autor da ação interpuser recurso de apelação e a sentença for mantida pelo Juízo recorrido (§ 1º do art. 285-A do CPC), como poderá o réu, após sua citação para responder ao recurso (§ 2º do art. 285-A do CPC), arguir a exceção declinatória de foro, ante a impossibilidade de se preencher as formalidades previstas nos artigos 112 e 307 do CPC para a instauração do incidente?

Indaga-se isso porque a **resposta** ao recurso de que trata o § 2º do art. 285-A do CPC nada mais é do que as conhecidas **contrarrrazões ao recurso de apelação**, que não se confundem com a contestação(14) ou as exceções (modalidades de resposta/defesa do réu), principalmente no que tange ao órgão jurisdicional destinatário da peça processual.

Note-se que a questão é de grande importância, pois poderá o réu estar sendo demandado em localidade de difícil acesso, distante de seu domicílio, algo que poderá dificultar a apresentação de sua defesa na demanda, inclusive por causa dos custos de sua realização.

Por isso, a atenção e a cautela do réu na elaboração das contrarrazões ao recurso de apelação devem ser redobradas. E o motivo é simples: a depender do julgamento a ser proferido pelo Tribunal, essa peça processual **poderá se configurar na única oportunidade de defesa do réu(15)** para manifestar sua contrariedade aos fundamentos que agasalham a pretensão exposta pelo autor da demanda, inclusive para fins de prequestionamento, caso haja reforma da sentença recorrida e necessidade de recurso ao Supremo Tribunal Federal e/ou ao Superior Tribunal de Justiça.

É preciso estar atento, portanto, à possibilidade de o Tribunal, ao apreciar o recurso de apelação do autor, ultrapassar a mera análise dos requisitos formais da aplicação do artigo 285-A do CPC e adentrar no mérito para dar-lhe provimento, reformando a sentença recorrida.(16) com supedâneo no artigo 515, § 3º, do CPC.(17)

Esse também parece ser o alerta manifestado por Luis Guilherme Aidar Bondioli, que, ao discorrer sobre a importância da correta elaboração das contrarrazões ao recurso de apelação previstas no § 2º do artigo 285-A do CPC, assevera:

“O cuidado que o réu deve ter na elaboração das contrarrazões ganha cores ainda mais vivas quando se considera o intenso efeito devolutivo da apelação (art. 515, §§ 1º, 2º e 3º), que confere significativa margem de atuação para o tribunal no julgamento do apelo. Na apreciação do recurso, pode o tribunal manter a sentença liminar, invalidá-la, determinar a extinção do processo sem julgamento do mérito ou até, dentro de certas condições, reformá-la para decretar a procedência da demanda. E o réu deve se preparar para o enfrentamento de qualquer uma dessas situações na confecção das suas contrarrazões.”(18)

De modo diverso, todavia, é o entendimento exarado por Tayon Soffener Berlanga, para quem “o ‘réu’, ao responder o recurso, não fará qualquer forma de defesa quanto ao direito discutido no processo, haja vista que este não pertine ao seu interesse momentâneo”.(19) Ainda segundo ele, “ao responder o recurso o réu estará se manifestando quanto ao ato judicial de liminarmente julgar improcedente a ação e, portanto, estará elogiando a sua atitude na sentença proferida”.(20)

Por força dessas ponderações, o meio jurídico está em amplo debate, ainda sem solução, quanto ao momento e ao modo oportunos de o réu arguir a incompetência relativa do Juízo, quando se deparar com a citação para responder ao recurso de apelação de que trata o § 2º do 285-A do CPC.

Logo, para pôr fim à celeuma, necessário será aguardar o embate jurisprudencial em torno do tema e, quiçá, a manifestação do Superior Tribunal de Justiça em eventual provocação dessa questão via recurso especial, porquanto a essa Corte é que cabe a interpretação definitiva da legislação federal (artigo 105, inciso III, da Constituição da República de 1988).

Entretanto, enquanto isso não ocorre, duas possibilidades são aventadas pela doutrina: **1)** arguição da exceção declinatória de foro no prazo da citação para apresentação de resposta ao recurso de apelação interposto pelo autor da demanda, com suspensão do processo até seu julgamento (art. 265, inciso III, do CPC);(21) e **2)** requerimento no bojo das contrarrazões recursais, como fundamento subsidiário, de remessa dos autos ao Juízo de 1º grau competente ou de concessão de oportunidade para excepcionar o Juízo e indiretamente o próprio tribunal (se for o caso),(22) como garantia de julgamento pelo órgão competente, para a hipótese de o Tribunal pretender reformar a sentença recorrida.(23)

Quanto a esses posicionamentos, algumas considerações merecem ser feitas.

Em relação à primeira possibilidade aventada pela doutrina, não vemos como ela pode prosperar. E o motivo é singelo: após a prolação da sentença de improcedência, a entrega da prestação jurisdicional pelo Juízo *a quo* já terá ocorrido,(24) razão pela qual não teria ele o condão de retirar do mundo jurídico a sentença de improcedência já proferida. Afinal, de acordo com as regras processuais vigentes, isso só pode ser feito pelo Tribunal, ao reformar ou anular a sentença recorrida, nos termos do art. 512 do CPC (efeito substitutivo dos recursos).

Ademais, o artigo 463 do CPC é claro ao dispor que, uma vez publicada a sentença, o Juiz só poderá alterá-la para corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, inexistências materiais, ou retificar erros de cálculo; ou por meio de embargos de declaração, se presente alguma das hipóteses do artigo 535 do CPC.

Como se pode verificar, em nenhuma dessas situações previstas no artigo 463 do CPC a exceção declinatória de foro parece se enquadrar. Assim, não se vislumbra como poderia ser alcançada a finalidade pretendida pela primeira corrente doutrinária sem incorrer-se em teratologia.

Em suma, não poderia o Juiz, nesse estágio processual, acolher a exceção declinatória de foro para remeter os autos ao suposto Juízo competente juntamente com a sentença de improcedência já proferida, porquanto nenhum desses órgãos judicantes teria poderes rescisórios sobre o referido ato judicial. No caso, a sentença é ato jurídico perfeito (artigo 5º, inciso XXXVI, da CR/88).

Já a segunda corrente doutrinária, com certos temperamentos, é a que mais aparenta se coadunar com o espírito reformista encarnado no artigo 285-A do CPC.

Diante da situação prevista no § 2º do artigo 285-A do CPC, só restará ao réu, por precaução e de modo excepcional, alegar a incompetência relativa no bojo de suas contrarrazões recursais, como requerimento prejudicial à análise do mérito da ação. Isso teoricamente evitaria que o Tribunal, caso vislumbrasse que a causa estivesse madura para julgamento (artigo 515, § 3º, do CPC), reformasse, de plano, a sentença recorrida para o fim de acolher os pedidos veiculados pelo autor na ação.

Em assim procedendo o réu, o Tribunal deveria **anular** a sentença, **determinando diretamente a remessa dos autos ao Juízo de 1º grau competente** para o devido processamento do feito. Noutro sentido, caso vislumbrasse necessidade de dilação probatória para a aferição da arguição do réu de incompetência relativa do Juízo *a quo* (art. 309 do CPC), o art. 285-A do CPC restaria afastado de plano e, por isso, deveria também o Tribunal **anular** a sentença recorrida, devolvendo-se os autos ao Juízo *a quo* (recorrido) para a citação do réu na forma e para os fins previstos pelos artigos 213, 219 e 285 do CPC.

O fundamento seria que **a provocação necessária ao reconhecimento da incompetência relativa só pôde ocorrer perante o Tribunal**, algo perfeitamente admissível pelo art. 305 do CPC,(25) o qual expressamente dispõe que o direito de o réu oferecer exceção de incompetência pode ser exercido **em qualquer grau de jurisdição**, no prazo de quinze dias(26) (idêntico ao das contrarrazões ao recurso de apelação), contado do fato que ocasionou a incompetência.

No caso, o mencionado “fato que ocasionou a incompetência” pode ser perfeitamente enquadrado como o ato de citação para responder **ao recurso** manejado pelo autor (artigo 285-A, § 2º, do CPC), após a prolação da sentença de improcedência, tal qual o é o ato de citação para responder **à ação** nas demais situações em que o processo seguirá seu

curso natural e que não se cogita da aplicação do artigo 285-A do CPC.

Em que pese desde a distribuição da ação o Juízo já possa ser considerado “relativamente incompetente” para o feito, é, na verdade, com a citação do réu para a demanda e a angularização do processo que essa qualificação se ultima, porquanto somente agora é que ela poderá ser aferida, dada a impossibilidade de conhecimento de ofício pelo Juízo (Súmula nº 33/STJ).

É óbvio, por outro lado, que, em virtude da atual sobrecarga de trabalho de que padece o Poder Judiciário, é pouco crível que algum Tribunal adote esse posicionamento, preferindo julgar imediatamente o mérito da demanda,(27) se entender necessária a reforma da sentença recorrida. Afinal, sob o aspecto da economia e da celeridade processuais e da razoável duração do processo (artigo 5º, LXXVIII, da CR/88), esse entendimento é muito plausível e racional.(28)

Contudo, não se pode olvidar que o Juízo de ponderação de razões, *in casu*, deve ser feito entre esses referidos princípios e o do contraditório, o da ampla defesa e o do devido processo legal (artigo 5º, LIV e LV, da CR/88), dada a tensão existente entre eles.(29)

O resultado dessa exegese não é a negação de um ou de outro princípio (“tudo ou nada”), mas a busca da máxima aplicação de cada um deles (“máxima medida”),(30) algo nada fácil de ser feito *in concreto*.

É em virtude dessa dificuldade que a comunidade jurídica aguardará ansiosa a manifestação do Supremo Tribunal Federal quanto ao mérito da ADI nº 3.695/DF a fim de extrair desse julgado importantes balizas para a interpretação do instituto previsto no art. 285-A do CPC (julgamento liminar de improcedência) para posterior irradiação aos demais institutos processuais que com ele se relacionam.

Por fim, urge salientar que, por ser a aplicação do art. 285-A mera faculdade atribuída pelo CPC ao julgador, se o Juiz verificar de plano sua incompetência relativa para o feito, por cautela poderá evitar toda a celeuma apontada neste estudo com a determinação da citação do réu para responder à ação, pois, em não havendo a apresentação da exceção declinatória de foro no momento e no modo oportunos (Súmula nº 33/STJ), poderá legitimamente valer-se dos poderes contidos no artigo 330, inciso I, do CPC, julgando o processo no estado em que se encontra, sem qualquer prejuízo às partes.

Considerações finais

Apresentadas as discussões doutrinárias mais importantes que gravitam em torno da aplicação do artigo 285-A do CPC (julgamento liminar de improcedência) nos casos de incompetência relativa do Juízo e os meios de superação das aparentes antinomias do referido instituto com alguns dispositivos do CPC e da CR/88, importante apresentar algumas considerações sobre o incremento das alterações legais e constitucionais em busca de uma Justiça mais célere e eficiente no atendimento aos cidadãos, principalmente diante das críticas que a doutrina tem manifestado relativamente a essas novas figuras processuais.

De início, é preciso superar alguns ranços decorrentes da tradicional visão do processo como um inexorável laço da rígida e imutável prática ritualística costumeira. E o primeiro passo para isso é atribuir ao novel princípio constitucional insculpido no art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição da República de 1988(31) (princípio da razoável duração do processo) uma interpretação de mão dupla e angularizada.

No primeiro aspecto, há que se assentar a necessidade de que a razoável duração do processo e a garantia de meios que assegurem a celeridade de sua tramitação não possam ser vistos única e exclusivamente sob ótica do autor da ação. Tão importante quanto a satisfação da pretensão do titular de um direito é a garantia de que aquele indevidamente demandado não seja constantemente importunado com reiteradas ações cujo mérito já

fora defenestrado em outras ações de idêntica tese jurídica, ainda mais numa sociedade contemporânea permeada pelas demandas de massa.

Na mesma linha, a celeridade da tramitação processual e a existência de meios que lhe assegurem também não interessam apenas às partes, mas primordialmente ao Estado-Juiz, que tem o dever de administrar a Justiça de forma otimizada. Não haveria lógica alguma em um sistema processual que garantisse aos cidadãos o livre acesso ao Poder Judiciário se esse mesmo sistema não garantisse, a este último, meios eficazes e céleres de julgamento dessas demandas, especialmente as de natureza repetitiva. Seria franquear os fins sem disponibilizar os meios.

Em virtude disso, em que pesem as manifestações doutrinárias em sentido contrário já apresentadas neste trabalho, entendemos como louvável a inserção do artigo 285-A do CPC pela Lei nº 11.277/2006, mesmo com as falhas técnicas que costumam lhe ser apontadas.

É inegável que as reformas do Código de Processo Civil, embora necessárias, estão ocorrendo de forma fragmentada e disjuntiva, o que acaba por gerar inconsistências e incongruências dentro do sistema processual vigente, transferindo ao aplicador do Direito a árdua tarefa de reconstruir a harmonia normativa por intermédio da hermenêutica jurídica.

Contudo, isso não é motivo suficiente para se negar a utilidade dos institutos criados e, de plano, atribuir a pecha de inconstitucionalidade ou ilegalidade das novas figuras processuais. É preciso empenho exegético do aplicador do Direito, numa verdadeira **interpretação corretiva** no intuito de conservar as normas em aparente antinomia. Afinal, como ressalta Norberto Bobbio, “aquilo a que tende o intérprete comumente não é mais à eliminação das normas incompatíveis, mas, preferentemente, à **eliminação da incompatibilidade**”.(32)

Foi essa a razão que no presente estudo buscou-se ressaltar a existência de **aparente** antinomia entre o artigo 285-A e o disposto nos artigos 111, 112 e 307 do CPC, porquanto o próprio sistema processual é capaz de permitir a superação dos problemas de compatibilidade inicialmente apontados pela doutrina entre os referidos dispositivos, a partir de uma interpretação teleológica, sistemática e corretiva da norma, conforme se pretendeu demonstrar.

Referências bibliográficas

ALMENARA, Juliana Peres. Artigo 285-A do Código de Processo Civil: Um Novo Momento para a Rejeição do Pedido do Autor. **Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, a. IX, n. 50, p. 118-138, nov./dez. 2007.

ALVIM, Eduardo Arruda. Do julgamento de improcedência de casos repetitivos, à luz da Lei n. 11.277/2006 – Algumas Reflexões atinentes ao Art. 285-A do CPC. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, a. 103, v. 393, p. 39-51, set./out. 2007.

ARAÚJO, Luciano Vianna. Art. 285-A do CPC (Julgamento Imediato, Antecipado e Maduro da Lide): Evolução do Sistema desde o Código de Processo Civil de 1939 até 2007. **Revista de Processo**, São Paulo, a. 33, n. 160, p. 157-179, jun. 2008.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios**: da Definição à Aplicação dos Princípios Jurídicos. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

BERLANGA, Tayon Soffener. Julgamento de Improcedência Liminar da Petição Inicial – Artigo 285-A do Código de Processo Civil. **Revista do Tribunal Regional Federal – 3ª Região**, São Paulo, v. 85, p. 47-56, set./out. 2007.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. 10. ed. Brasília: UnB, 2006.

BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. O Julgamento Liminar de Improcedência da Demanda da Óptica do Réu (art. 285-A do CPC). **Revista Jurídica**, Sapucaia do Sul, a. 56, n. 367, p. 11-30, maio 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 out. 1988. Seção I, p. 01.

_____. Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 17 jan. 1973. Seção I, p. 01.

_____. Lei n. 11.277, de 07 de fevereiro de 2006. Acresce o art. 285-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que instituiu o Código de Processo Civil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 08 fev. 2006. Seção I, p. 02.

_____. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Cível n. 0432989-1, Décima Primeira Câmara Cível, Curitiba, PR, 26 set. 2007. **Diário da Justiça do Estado do Paraná**, n. 7479, publicação em 26 out. 2007, p. 96.

_____. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Apelação em Mandado de Segurança n. 2006.38.00.034161-4/MG, Sétima Turma, Brasília, DF, 02 maio 2007. **Diário da Justiça da União**, a. LXXXII, n. 95, Seção 2, publicação em 18 maio 2007, p. 91.

_____. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Agravo de Instrumento n. 2006.04.00.034904-7/RS, Quarta Turma, Porto Alegre, RS, 07 mar. 2007. **Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região**, publicação em 26 mar. 2007.

CARDOSO, Oscar Valente. O art. 285-A do CPC e o Prazo para Oferecimento de Contrarrazões. **Revista Dialética de Direito Processual**, São Paulo, n. 66, p. 101-109, set. 2008.

DALL'ALBA, Felipe Camilo. O art. 285-A do CPC: Redução Inconstitucional do Diálogo ou (RE)Afirmação do Princípio da Efetividade. **Revista da AJURIS**, Porto Alegre, a. XXXIV, n. 105, p. 189-205, mar. 2007.

FÉRES, Marcelo Andrade. As Ações Repetitivas e o Julgamento Sumaríssimo do Mérito do Processo (Comentários ao art. 285-A do CPC). **Revista Jurídica Virtual da Presidência da República**, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, v. 8, n. 80, ago./set. 2006. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_80/index.htm>.
Acesso em: 10 maio 2009.

FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. Julgamento de Mérito Conforme o Estado Inicial do Processo – Análise do Art. 285-A, CPC (Lei 11.277, de 07.02.2006). **Revista Autônoma de Processo**, Curitiba, n. 02, p. 367-373, jan./mar. 2007.

FRAXE JÚNIOR, José Habib. Qual o porquê de a Lei 11.277/2006 não ter estendido regra idêntica à do art. 285-A do CPC às ações rescisórias fincadas em possível violação literal de disposição de lei (art. 485, V, do CPC)? **Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região**, Brasília, a. 19, n. 01, p. 61-62, jan. 2007.

GOMES NETO, José Mário Wanderley; SILVA, José Adelino Domingos da. Da Aplicação Concreta do Instituto da Sentença Liminar de Improcedência na Justiça Federal de Pernambuco: um Estudo de Caso. **Revista de Processo**, São Paulo, a. 33, n. 159, p. 311-344, maio 2008.

LIMA, Altair Roberto de. Primeiras Impressões sobre o art. 285-A do CPC. **Revista da AGU – Advocacia-Geral da União**, Brasília, a. VI, n. 14, p. 193-197, dez. 2007.

LORENZETTI NETO, Adelino. Breves Comentários ao Artigo 285-A do CPC. **Lex**. São Paulo, a. 19, n. 212, p. 9-11, abr. 2007.

MENEZES, Iure Pedroza. O Art. 285-A e a sua Constitucionalidade. **BDJur**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/9818>>. Acesso em: 03 set. 2007.

_____. O Art. 285-A do CPC e a Teoria da Causa Madura. **BDJur**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/9887>>. Acesso em: 14 set. 2007.

_____. O Precedente Judicial e o Art. 285-A do CPC. **BDJur**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/9799>>. Acesso em: 30 ago. 2007.

MILLER, Cristiano Simão. O Art. 285-A do Código de Processo Civil: A sua Constitucionalidade e os Reflexos na Efetividade Processual. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, Rio de Janeiro, a. VIII, n. 10, p. 29-55, jan./jun. 2007.

MONNERAT, Fábio Victor da Fonte. Primeiras aplicações do art. 285-A do CPC. **Revista de Processo**, São Paulo, a. 33, n. 157, p. 227-242, mar. 2008.

OLIVEIRA, Natacha Nascimento Gomes Tostes Gonçalves de. Da Sentença de Improcedência Liminar (Art. 285-A do CPC). **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 41, p. 113-125, 2008.

PEREZ, Augusto Martinez; ROMEU, Luciana Campanelli. Os arts. 518 e 285-A do Código de Processo Civil e a Superação da Morosidade. **Revista CEJ**, Brasília, a. XII, n. 42, p. 23-39, jul./set. 2008.

SANT'ANNA, Paulo Afonso de Souza. Ações Repetitivas e Julgamento Liminar (art. 285-A do CPC). **Revista Dialética de Direito Processual**, São Paulo, n. 70, p. 102-112, jan. 2009.

SOUZA, Gelson Amaro. Sentença de Mérito sem Citação do Réu (Art. 285-A do CPC). **Revista Dialética de Direito Processual**, São Paulo, n. 43, p. 39-52, out. 2006.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil: Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento**. v. I. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MEDINA, José Miguel Garcia. **Breves Comentários à Nova Sistemática Processual Civil**. v. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

Notas

1. "Art. 114. Prorrogar-se-á a competência se dela o juiz não declinar na forma do parágrafo único do art. 112 desta Lei ou o réu não opuser exceção declinatoria nos casos e prazos legais."

2. **Súmula nº 33/STJ**: "A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício".

3. "Art. 112 [...]"

Parágrafo único. A nulidade da cláusula de eleição de foro, **em contrato de adesão, pode ser declarada de ofício pelo juiz**, que declinará de competência para o juízo de domicílio do réu" (incluído pela Lei nº 11.280/2006). (Destacou-se)

4. BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. O Julgamento Liminar de Improcedência da Demanda da Óptica do Réu (art. 285-A do CPC). **Revista Jurídica**, Sapucaia do Sul, a. 56, n. 367, p. 12, maio 2008.

5. “O juiz não está adstrito a julgar com base em referido dispositivo, podendo determinar a citação do réu, por entender, por exemplo, que, apesar de haver precedentes similares do próprio juízo, a situação específica reveste-se de alguma peculiaridade, ou mesmo pode ter havido mudança da posição precedente” (ALVIM, Eduardo Arruda. Do julgamento de improcedência de casos repetitivos, à luz da Lei n. 11.277/2006 – Algumas Reflexões atinentes ao Art. 285-A do CPC. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, a. 103, v. 393, p. 44, set./out. 2007).

No mesmo sentido: acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região no julgamento do Agravo de Instrumento n. 2006.04.00.034904-7/RS. Confira-se:

“PROCESSUAL CIVIL. JUNTADA DE DOCUMENTOS. PRESCRIÇÃO. INCABIMENTO. Embora o art. 285-A do CPC, com a redação dada pela Lei 11.277/2006, possibilite o julgamento antecipado da lide nas hipóteses ali elencadas, **é uma faculdade** para os casos em que tal medida vá, a critério do Juízo, importar em atendimento ao princípio da celeridade processual e evitar a multiplicação de ações idênticas. Também a aplicação de tal artigo pressupõe que a relação processual ainda não se tenha angularizado, ou seja, deve em princípio se dar antes da citação, evitando ainda a formação da relação processual” (TRF4, AG 2006.04.00.034904-7, Quarta Turma, Relator Márcio Antônio Rocha, D.E. 26.03.2007). (Destacou-se)

Em sentido contrário: “A meu ver, não há motivos para, configurados os requisitos do art. 285-A do CPC, não se impor ao magistrado o dever de julgamento **imediato** da lide [...]. O argumento que se praticaria uma série de atos inúteis, pois inabalável o resultado do processo, com prejuízo para as partes (principalmente o réu) e o órgão jurisdicional, me convence do dever do magistrado de julgar **imediatamente** a lide” (ARAÚJO, Luciano Vianna. Art. 285-A do CPC (Julgamento Imediato, Antecipado e Maduro da Lide): Evolução do Sistema desde o Código de Processo Civil de 1939 até 2007. **Revista de Processo**, São Paulo, a. 33, n. 160, p. 174, jun. 2008).

6. Cristiano Simão Miller, citando lição de Vicente de Paula Ataíde Júnior, salienta que a expressão “no juízo” deve ser entendida como “mesmo juízo”, e não “mesmo juiz”. Assim, segundo ele, “mesmo que determinado julgador ainda não tenha apreciado ‘tese’ semelhante, poderá perfeitamente aplicar a regra do art. 285-A, desde que outro magistrado, pertencente à mesma **unidade de competência territorial**, já tenha prolatado sentença (na verdade, sentenças, pois o texto da norma utiliza a expressão ‘casos idênticos’), julgando improcedente o pedido em ações semelhantes” (MILLER, Cristiano Simão. O Art. 285-A do Código de Processo Civil: A sua Constitucionalidade e os Reflexos na Efetividade Processual. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, Rio de Janeiro, a. VIII, n. 10, p. 35, jan./jun. 2007).

No mesmo sentido: ALVIM, Eduardo Arruda. *op. cit.* p. 46.

7. “O correto, *permissa venia*, seria a utilização da expressão ‘semelhantes’, uma vez que, aí sim, haveria a possibilidade de se utilizarem as regras do artigo *in comento*, pois apenas alguns dos elementos da ação (existentes nos casos anteriores) estariam presentes nessa nova demanda; somente haveria identidade da causa de pedir e do pedido entre as anteriormente julgadas e a atual, sendo certo que as partes, obrigatoriamente, seriam outras. Portanto, quando utilizou a expressão em ‘casos idênticos’, deixou-se de lado a técnica processual, para afirmar tratar-se de **casos semelhantes**” (LORENZETTI NETO, Adelino. Breves Comentários ao Artigo 285-A do CPC. **Lex**. São Paulo, a. 19, n. 212, p. 10, abr. 2007).

Luciano Vianna Araújo, por seu turno, ensina que “**casos idênticos** diz respeito aos chamados **processos repetitivos, demandas de massa**, nas quais a questão jurídica mostra-se uniforme para todos” (ARAÚJO, Luciano Vianna. Art. 285-A do CPC, *op. cit.*, p. 170).

Ainda sobre a expressão “casos idênticos” utilizada no art. 285-A do CPC e as figuras da perempção, da litispendência e da coisa julgada (art. 267, V, do CPC), confira-se: LIMA, Altair Roberto de. Primeiras Impressões sobre

o art. 285-A do CPC. **Revista da AGU – Advocacia-Geral da União**, Brasília, a. VI, n. 14, p. 195, dez. 2007.

8. Em relação ao procedimento do chamado **transporte *in utilibus*** da sentença de improcedência anteriormente proferida para os autos em que será proferido o julgamento imediato do processo repetitivo (art. 285-A do CPC), a doutrina tem divergido. Segundo Oscar Valente Cardoso, “não se pode determinar que haja uma transcrição *ipsis literis* da decisão originária, mas sim que contenha fundamentação e dispositivos aproximados, com a mesma solução a casos concretos idênticos (até porque os fatos narrados pelas partes não são necessariamente semelhantes)”. Referido jurista ressalta também que “não há necessidade de que o julgador mencione expressamente em quais processos proferiu decisão similar, por se presumir verdadeira a afirmação de que se trata de reiteração de sentenças anteriores, sendo ônus do autor comprovar o contrário”. Em abono à sua tese, Oscar Valente Cardoso colaciona excerto de acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região no julgamento da AMS nº 2006.38.00.034161-4/MG (cf. CARDOSO, Oscar Valente. O art. 285-A do CPC e o Prazo para Oferecimento de Contrarrazões. **Revista Dialética de Direito Processual**, São Paulo, n. 66, p. 104-105, set. 2008).

De outra banda, Joel Dias Figueira Júnior apresenta entendimento divergente do defendido por Oscar Valente Cardoso, asseverando ser crucial a indicação, pelo julgador, dos precedentes do Juízo que ensejaram a aplicação do art. 285-A do CPC. Para ele, é imprescindível que haja referência aos números dos autos dos processos que foram julgados naquele mesmo sentido, “acrescido da ‘reprodução’ de um deles, adotado como razão de decidir”. Ainda, assevera que “essa referência numérica aos precedentes serve como norte inibidor de recursos, além de permitir ao autor constatar com precisão se os precedentes acerca dos quais se funda o indeferimento do seu pedido são realmente aplicáveis à hipótese vertente” (FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. Julgamento de Mérito Conforme o Estado Inicial do Processo – Análise do Art. 285-A, CPC (Lei 11.277, de 07.02.2006). **Revista Autônoma de Processo**, Curitiba, n. 02, p. 372, jan./mar. 2007).

Fábio Victor da Fonte Monnerat também ressalta a necessidade de referência e reprodução pelo Juiz dos julgados que serviram precedente para a prolação de sentença com base no art. 285-A do CPC, sob pena de nulidade. Em reforço ao seu argumento, ele colaciona julgado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP, AC n. 7.109.476-9, Ribeirão Preto, 13ª Câmara de Direito Privado, Rel. Luiz Sabbato, julgado em 06.12.2006) que reconheceu a nulidade de sentença por ter deixado de indicar e reproduzir os julgados idênticos a que se refere o art. 285-A do CPC (MONNERAT, Fábio Victor da Fonte. Primeiras aplicações do art. 285-A do CPC. **Revista de Processo**, São Paulo, a. 33, n. 157, p. 230 e 240, mar. 2008).

Particularmente, entendemos que deve o Juiz mencionar, no bojo da sentença, alguns dos precedentes que ensejaram o julgamento liminar de improcedência dos pedidos do autor, sem necessidade de transcrição ou juntada de cópia das sentenças mencionadas. Essa atitude por parte do julgador representa nada mais do que a concretização do seu dever constitucional de fundamentar suas decisões (art. 93, inciso IX, CR/88), porquanto o art. 285-A do CPC é regra excepcional e, por isso, sua aplicação deve estar devidamente demonstrada. Além disso, em respeito ao princípio constitucional da ampla defesa (art. 5º, inciso LV, da CR/88), a indicação dos precedentes é que permitirá ao autor da demanda (ônus processual), irredimido com a sentença proferida, verificar se as sentenças paradigmas se amoldam realmente à sua causa. Caso contrário, terá havido má aplicação do art. 285-A do CPC e violação ao devido processo legal (art. 5º, inciso LIV, da CR/88), questões essas que deverão ser necessariamente veiculadas nas razões de seu recurso de apelação.

Não se pode olvidar que um dos objetivos da Lei nº 11.277/2006 foi também o de facilitar a atividade jurisdicional, e não burocratizá-la ainda mais.

9. Expressão utilizada por Luis Guilherme Aida Bonfilioli, referindo-se à postergação do ingresso do réu na relação jurídica processual para

“momento ulterior ao próprio julgamento da causa” (BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. *op. cit.*, p. 12-15).

10. *Ibid.*, p. 15.

11. “Art. 111. A competência em razão da matéria e da hierarquia é inderrogável por convenção das partes; **mas estas podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde serão propostas as ações oriundas de direitos e obrigações.**”

“Art. 112. Argui-se, **por meio de exceção**, a incompetência relativa.”

“Art. 114. **Prorrogar-se-á a competência** se dela o juiz não declinar na forma do parágrafo único do art. 112 desta Lei ou o réu não opuser exceção declinatória nos casos e prazos legais.”

“Art. 307. O **excipiente arguirá a incompetência** em petição fundamentada e devidamente instruída, indicando o juízo para o qual declina.” (Destacou-se)

12. THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**: Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento. v. I. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 160.

13. Em sentido contrário: “[...] se o tribunal der provimento ao recurso para que a ação retorne ao juízo de primeiro grau e, sucessivamente, tenha seu curso normal, o réu deverá ser **intimado** para apresentar contestação, haja vista que, nesta hipótese, a citação já ocorrera por ocasião do oferecimento de contrarrazões ao recurso interposto pelo autor” (ALVIM, Eduardo Arruda. *op. cit.*, p. 50). (Destacou-se)

14. “Perceba-se que [...] é inadequado, como vem fazendo a doutrina, pensar que as contrarrazões farão as vezes da contestação” (DALL’ALBA, Felipe Camilo. O art. 285-A do CPC: Redução Inconstitucional do Diálogo ou (RE)Afirmação do Princípio da Efetividade. **Revista da AJURIS**, Porto Alegre, a. XXXIV, n. 105, p. 199, mar. 2007).

15. “Caberá ao réu, nas contrarrazões, deduzir toda matéria de defesa contra a pretensão do autor, até porque o tribunal pode reverter o resultado da demanda de improcedência da ação para procedência, dado o amplo efeito devolutivo dessa modalidade recursal e por se tratar de causa que versa questão unicamente de direito. Por isso, Nelson Nery Junior e Rosa Nery reiteram a necessidade ‘de o réu ser citado para acompanhar o recurso e, nas contrarrazões, aduzir toda a matéria de defesa como se contestasse’” (ALVIM, Eduardo Arruda. *op. cit.*, p. 50).

16. Nesse sentido, confira-se excerto de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná: “[...] Ocorrendo julgamento de plano da causa pelo juiz, por já ter proferido sentença de total improcedência em outros casos idênticos, sendo a matéria controvertida unicamente de direito, **não há necessidade, em caso de reforma, de restituição dos autos ao juízo sentenciante, devendo o Tribunal decidir o mérito [...]**” (TJPR – 11ª C.Cível – AC 0432989-1 – Londrina – Rel.: Des. Cunha Ribas - Unânime – J. 26.09.2007). (Destacou-se)

Comungam do mesmo entendimento do TJPR, dentre outros: SANT’ANNA, Paulo Afonso de Souza. Ações Repetitivas e Julgamento Liminar (art. 285-A do CPC). **Revista Dialética de Direito Processual (RDDP)**, São Paulo, n. 70, p. 111-112, jan. 2009; ALMENARA, Juliana Peres. Artigo 285 -A do Código de Processo Civil: Um Novo Momento para a Rejeição do Pedido do Autor. **Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, a. IX, n. 50, p. 134, nov./dez. 2007.

17. “No caso do recurso ser provido, por força do § 3º do art. 515 do diploma processual, a ação repetitiva poderá receber novo julgamento de mérito pelo Tribunal. De fato, apesar de o parágrafo dirigir-se apenas aos casos de extinção do processo sem julgamento de mérito, vale destacar que foi ele incluído ao Código de Processo Civil por meio da Lei nº 10.352/2001, quando inexistia o art. 285-A. Assim, **há de prevalecer a compatibilidade entre os institutos, autorizando-se o Tribunal a prover o recurso contra a sentença que rejeitou liminarmente o pedido e, reconhecendo que a ação versa sobre matéria**

exclusivamente de direito e já se encontra em condições de julgamento, desde logo, proferir nova decisão de mérito" (ALMENARA, Juliana Peres. *op. cit.*, p. 134). (Destacou-se)

18. BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. *op. cit.*, p. 18.

19. BERLANGA, Tayon Soffener. Julgamento de Improcedência Liminar da Petição Inicial – Artigo 285-A do Código de Processo Civil. **Revista do Tribunal Regional Federal – 3ª Região**, São Paulo, v. 85, p. 53, set./out. 2007.

20. *Idem*.

21. Nesse sentido, confira-se: "Como o réu é citado para apresentar resposta, como deverá proceder o tribunal, no caso de alegação de incompetência relativa do foro? Lembre-se que o direito de arguir a incompetência 'pode ser exercido em qualquer tempo, ou grau de jurisdição, cabendo à parte oferecer exceção, no prazo de 15 (quinze) dias, contado do fato que ocasionou a incompetência' (CPC, art. 305). Como o réu só foi citado quando da interposição da apelação pelo autor, o direito de opor exceção de incompetência relativa de foro não lhe poderá ser subtraído. Nesse caso, 'recebida a exceção, o processo ficará suspenso (art. 265, III), até que seja definitivamente julgada' (CPC, art. 306). Pode ocorrer, ainda que o réu argua a incompetência relativa nas próprias contrarrazões de apelação – já que, evidentemente, a apresentação de exceção e incompetência relativa no tribunal é hipótese, no mínimo, inusitada, ainda mais se se levar em conta que, no caso, está-se diante do processamento de um recurso. Segundo pensamos, o fato de o réu não ter alegado a incompetência relativa por meio de exceção não deverá representar óbice ao conhecimento de tal matéria, já que, como se está a observar, o procedimento recursal oriundo da incidência do art. 285-A é absolutamente extravagante, gerando várias dúvidas de interpretação" (WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MEDINA, José Miguel Garcia. **Breves Comentários à Nova Sistemática Processual Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 70, v. 2).

22. Um exemplo esclarecerá a observação: se o autor "A", domiciliado em Londrina/PR, resolver demandar em uma ação de cobrança o réu "B", domiciliado em Maringá/PR, em qualquer hipótese de escolha do foro para o processamento do feito, perante a Justiça Estadual, certo será que o Tribunal de Justiça do Paraná será o órgão julgador *ad quem* responsável pela apreciação dos recursos. Por outro lado, o mesmo não poderia ser dito se "A" estivesse domiciliado em outro Estado. Nesse caso, a escolha do foro por "A" inevitavelmente terá reflexo sobre a definição do Tribunal. Daí a importância da interpretação sistêmica do artigo 285-A do CPC com as previsões legais relativas à arguição da exceção declinatória de foro, sob pena de franquear ao autor o desproporcional poder de decisão sobre os rumos do processo em segunda instância.

23. Nesse sentido, confira-se: "É verdade que a incompetência relativa não excepcionada fica superada, de acordo com o art. 114. Ocorre que a alteração da ordem natural dos atos processuais fez das contrarrazões de apelação a primeira fala do réu no processo. É o primeiro momento que ele tem para questionar a competência do juízo e, indiretamente, do tribunal competente para a apreciação dos recursos em 2ª instância. E esse direito, que no caso fica vinculado à sorte da apelação, não lhe pode ser subtraído, ainda que a arguição da incompetência relativa tenha lugar em contrarrazões, e não em peça própria" (BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. *op. cit.*, p. 21).

24. Conforme artigo 162, § 1º, já com a redação dada pela Lei nº 11.232/2005.

25. "Art. 305. Este direito pode ser exercido **em qualquer tempo, ou grau de jurisdição**, cabendo à parte oferecer exceção, no prazo de 15 (quinze) dias, **contado do fato que ocasionou a incompetência**, o impedimento ou a suspeição." (Destacou-se)

26. “Art. 297. **O réu poderá oferecer, no prazo de 15 (quinze) dias**, em petição escrita, dirigida ao juiz da causa, contestação, **exceção** e reconvenção.”

“Art. 508. **Na apelação**, nos embargos infringentes, no recurso ordinário, no recurso especial, no recurso extraordinário e nos embargos de divergência, **o prazo para interpor e para responder é de 15 (quinze) dias.**” (Destacou-se)

27. Apenas à guisa de convite à discussão, entendemos que o Tribunal somente deve proceder diretamente ao julgamento de mérito da ação se os juízos relativamente incompetente e competente estiverem a ele hierarquicamente vinculados. Caso contrário, se vislumbrar a possibilidade de reforma da sentença recorrida, deverá anular a sentença para que o processo tenha seu curso natural perante o primeiro grau, em especial para franquear ao réu a possibilidade de arguição da exceção, se já não o tiver feito nas contrarrazões, conforme sugerimos. Ainda, é importante destacar que a apreciação da incompetência relativa pode prescindir de dilação probatória, consoante o Código de Processo Civil, em seu artigo 309, prevê. Essa é outra questão que deve ser discutida: como o Tribunal deveria se portar nesse caso? Apontamos, neste estudo, uma resposta a essa indagação.

28. Nessa esteira, confira-se: “[...] quando entender o Tribunal que a causa está pronta para receber julgamento meritório, e já havendo o réu colocado suas teses defensivas, **seria um contrassenso baixar os autos ao juiz de primeiro grau para que nova sentença fosse proferida.**

Isso porque não pode o Tribunal determinar a baixa dos autos ao julgador para que seja proferida sentença de procedência, pois tal quebraria o princípio da independência do julgador e de sua livre formação de convencimento [...]

Se o objetivo da reforma foi de efetivamente garantir a celeridade processual, e antes da norma do art. 285-A do CPC já havia se permitido ao Tribunal desde logo julgar o mérito, em se tratando de causa madura para julgamento, na hipótese do art. 515, § 3º do CPC, **outro entendimento não resta correto que não a permissão ao Tribunal de, entendendo meritoriamente incorreta a conclusão do julgador, mas estando a causa madura para julgamento, prover a apelação, julgando procedente o pedido [...].**

De outro turno, não há, repita-se, ofensa ao contraditório ou à ampla defesa, uma vez que, citado o réu para responder ao recurso, teve plena oportunidade para apresentar ao Tribunal todos os fundamentos de sua defesa” (OLIVEIRA, Natácha Nascimento Gomes Tostes Gonçalves de. Da Sentença de Improcedência Liminar (Art. 285-A do CPC). **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 41, p. 123-124, 2008). Destacou-se.

29. Frise-se que a constitucionalidade do art. 285-A do CPC está sendo questionada perante o Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3.695/DF, proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Ainda não houve apreciação de seu mérito pelo STF, muito embora já haja manifestação da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da República, ambas pugnando pela improcedência da referida ação. O Relator da referida ADI é o Ministro Cezar Peluso.

30. Sobre o tema, confira-se: ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios: da Definição à Aplicação dos Princípios Jurídicos**. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

31. Introduzido pela Emenda Constitucional n. 45/2004.

32. BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. 10. ed. Brasília: UnB, 2006. p. 102.

Referência bibliográfica (de acordo com a NBR 6023: 2002/ABNT):

VIEIRA, Luciano Pereira. *O artigo 285-A do Código de Processo Civil e a incompetência*

relativa do juízo. Revista de Doutrina da 4ª Região, Porto Alegre, n. 32, outubro. 2009.
Disponível em:
< http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao032/luciano_vieira.html>
Acesso em: 04 ago. 2010.

REVISTA DE DOUTRINA DA 4ª REGIÃO
PUBLICAÇÃO DA ESCOLA DA MAGISTRATURA DO TRF DA 4ª REGIÃO - EMAGIS